

Silêncio e Timidez na Historiografia da Educação Profissional de Aracaju *

Sérgio Luiz Elias de Araújo

Núcleo de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, 49100-000, São Cristóvão SE, Brasil

(Recebido em 07 de janeiro de 2007; aceito em 28 de setembro de 2007)

O que se tencionou foi fazer um levantamento de uma breve memória sobre as instituições de ensino preparatório para o mercado de trabalho, de caráter público, em nível médio em Aracaju, desde a sua fundação aos dias atuais, com a finalidade de observar a preocupação dos sucessivos governos em oferecer programas e espaços preparatórios para o jovem alavancar o seu nível de empregabilidade. A metodologia de pesquisa exigiu uma investigação bibliográfica e de campo, visitando o DIES – Departamento de Inspeção Escolar de Sergipe, buscando dados sobre as instituições escolares que ofereceram algum tipo de curso preparatório para o trabalho. Como resultados, inicialmente verificou-se que dentre tantos autores que estudam, ensinam e escrevem sobre a história da educação poucos são os que se referem à vertente profissionalizante, e os que tentam fazê-lo se manifestam de forma tímida ou quase muda. Observou-se também que desde o início de nossa capital já existia uma preocupação com a formação de mão-de-obra, mas existem hiatos bastante expressivos na história das instituições estaduais públicas quanto à oferta de cursos preparatórios ao mercado de trabalho e essas lacunas precisam ser estudadas e esclarecidas, através de investigações complementares

Palavras-chave: educação profissional; Aracaju

The intention was to make a survey of a brief memory about institutions of preparatory education for the work market, of public character, in average level in Aracaju, since its foundation to the current days, with the purpose to observe the concern of the successive governments in offering to programs and preparatory spaces to the young people to raise its level of work possibilities. The research methodology demanded a bibliographical inquiry and of the field, visiting the DIES - Departamento de Inspeção Escolar de Sergipe (Sergipe School Inspection Department), searching information about institutions of teaching that had offered some type of preparatory course for the work. As results, initially it was verified that amongst as many authors that they study, they teach and they write on the history of the education few are the ones that if they relate to the professional line of thought, and the ones that try to make it if they reveal of shy or almost dumb way

Keywords: professional education; Aracaju

1. INTRODUÇÃO

Um dos aspectos da educação brasileira a que se deve elevar importância é o da formação profissional, aquela que prepara tecnicamente a mão-de-obra e que especializa a força humana de trabalho, justamente porque no Brasil um dos grandes problemas sociais encontrados é o desemprego, apesar de em *sites* na Internet [1] especializados em recrutamento e seleção, encontrarmos um número de vagas superior ao de currículos cadastrados, ou seja, mais oportunidades do que candidatos. Ao pesquisarmos os perfis das vagas solicitadas verificamos exigências de qualificação técnica que podem indicar um dos fatores causadores de desemprego: a falta de habilitação técnica para o trabalho.

O índice de empregos em Sergipe obteve uma queda de 0,64% no mês de fevereiro de 2006, com a extinção de 1.093 vagas, segundo levantamento do Dieese – Departamento Intersindical de Estudos Econômicos, Sociais e Estatísticos – com base em dados do Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados [2]. Segundo o MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, existem na cidade de Aracaju cerca de 30.000 jovens na faixa entre 16 e 24 anos em busca de uma oportunidade de trabalho.

Os índices acima servem como alguns dos muitos motivos para nos preocuparmos com o estudo da educação profissional em Aracaju. Não é objetivo deste artigo discutir a questão ideológica do assunto. Neste momento não se pretende refletir se a qualificação profissional interessa às elites, ao governo ou ao cidadão que precisa locar sua força de trabalho a fim de conseguir o seu sustento. O que se tenciona é fazer um levantamento de uma breve memória sobre as instituições de caráter público, de ensino preparatório para o mercado, em nível de segundo grau, na cidade de Aracaju, desde a sua fundação aos dias atuais, com a finalidade de observar a preocupação dos sucessivos governos em oferecer programas e espaços preparatórios para o jovem alavancar o seu nível de empregabilidade.

Inicialmente será explicitado o que estudiosos da História da Educação no Brasil e em Sergipe têm citado ou silenciado acerca da formação profissional. Após isso, Maria Thetis Nunes nos ajudará com um pouco de História da Educação em Sergipe e logo depois será exposto um pequeno panorama sobre as instituições que ofereceram e oferecem ensino preparatório ao mercado, bem como as suas habilitações, para então recorrermos aos dados documentais colhidos in loco no DIES – Departamento de Inspeção Escolar de Sergipe, onde desde já agradeço à inestimável ajuda da senhora Maria José Fernandes, que com o seu conhecimento e boa vontade contribuiu incomensuravelmente para os resultados que aqui alcançamos. Por fim, a conclusão nos dará uma visão geral do processo de criação de entidades de ensino profissional em Aracaju.

2. SILÊNCIO E TIMIDEZ NA HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Revisitando os textos de alguns dos mais conceituados pensadores da História da Educação brasileira, e também sergipana, verifica-se uma certa “timidez”, quando não o total “silêncio”, em relação ao ensino profissional, suas instituições e seus fundadores, incentivadores e patrocinadores.

No estudo de Bontempi Júnior (1995) [3] ele faz uma pesquisa bibliográfica baseando-se em 146 dissertações e teses que versam com dedicação integral à História da Educação Brasileira, no âmbito dos programas de pós-graduação em educação, do período de 1972 a 1988. Foi verificado que apenas 7,5% das obras consultadas estudavam assuntos referentes à Educação e Trabalho, sendo que a primeira pesquisa (ele não deixa claro se dissertação ou tese) só foi publicada no ano de 1980, mostrando como o interesse por este tema é recente. No mais, não se pode extrair informações de maior importância, já que ele se dedicou a explicar temas de maior frequência de estudo como Sistemas de Ensino/Políticas Educacionais, que alcançou 23,3% na preferência dos cientistas da Educação.

Toledo (1995)[4] analisa o modo pelo qual Fernando de Azevedo organiza o largo universo de fontes utilizadas em sua densa obra “A Cultura Brasileira”. Durante todo o texto ela silencia sobre o tema educação profissional, mostrando ao leitor, pelo emudecer sobre o assunto, que o texto de Azevedo, apesar de sua importância e densidade, nada fala sobre o ensino para o trabalho no Brasil.

Vidal e Faria Filho(2005) [5] são também bastante silentes em relação ao tema. Falam apenas da introdução da disciplina história da educação no currículo da Escola Normal do Rio de Janeiro, e só.

O texto de Nascimento (2003) [6] discorre sobre a historiografia da educação em Sergipe e cita alguma coisa sobre o educação e trabalho, como a vigência da lei orgânica do ensino Normal em 1946 que institui a história de educação no currículo das escolas normais. Cita também a obra da professora Ana Maria Bueno de Freitas que dentre outros temas versa sobre a formação profissional das normalistas. Outro texto referenciado é “A educação física, as normalistas e as professoras”, de Ana Carrilho Romero Grunnenwaldt. Contudo, não contribui incisivamente para um estudo mais aprofundado sobre educação para o trabalho.

Quanto a obra de Santos (2003) [7], esta estuda as monografias sobre educação do departamento de História da UFS de 1992 a 2002 e nenhuma delas fala sobre educação profissional ou sobre sua história.

3. BREVE MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM ARACAJU

A professora Thetis Nunes (1984) [8] é uma das grandes colaboradoras no desvelamento sobre o desenvolvimento da educação para o trabalho. O seu livro *História da Educação em Sergipe* relaciona o processo econômico no Estado (ou província) ao desenvolvimento Educacional. Sua análise é profunda e suficiente para alcançar muitos e interessantes aspectos da educação profissional.

Para Nunes (1984) o pioneiro do ensino profissional sergipano foi o presidente Manuel Clemente Cavalcanti de Albuquerque, que governou Sergipe de mar/1825 a nov/1826. Ele melhorou o Trem Militar, estabelecendo ali oficinas para a formação de ferreiros, letreiros, coronheiros e sapateiros.

Quase trinta anos depois o presidente Inácio Joaquim Barbosa (11/11/1853 a 10/09/1855) eleva o povoado de Santo Antônio do Aracaju à categoria de cidade e transfere a capital sergipana de São Cristóvão para Aracaju. A partir deste marco é que começa a nossa investigação sobre a educação profissional.

No seu início, Aracaju era tão pequena e tão pouco desenvolvida que se tornara difícil até instituir um curso regular secundário, quanto mais de nível técnico. Os jovens mais abastados iam estudar em centros mais desenvolvidos. Nunes (1984) cita que o governo provincial ofereceu bolsas de estudo para qualquer senhora que se obrigasse a estudar, durante dois anos na Bahia para vir a ensinar em Sergipe. Não apareceram candidatas. Em 1868, foi criada a Companhia de Aprendizes de Marinheiros em Sergipe para atender às crianças abandonadas, ensinando-lhes um ofício.

Em 24 de outubro de 1870 nasce o Ateneu Sergipense, estabelecimento público, criado pelo Presidente Provincial Francisco José Cardoso Júnior, composto do curso de humanidade e de escola normal, para formação de professores. Contudo, no primeiro ano de sua existência apenas 6 estudantes se matricularam no curso normal e apenas dois foram aprovados nos exames finais. O Atheneu Sergipense é o colégio de história mais pomposa. Em seus 136 anos, começou pequenino, quase não vingou por falta de alunos e hoje é a maior escola estadual do Estado. Foi criado através dos Arts. 16 e 17 do Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe. No ano de 1981, pela Res. 080/81, iniciou-se o curso técnico em Química. Para falar do Atheneu seria necessário bem mais que um artigo e, por isso, seremos sucintos.

A escola Normal foi criada em 1874 pelo Regulamento de 23 de novembro. Em 1923 passou a denominar-se Instituto Educacional Rui Barbosa, ampliando o curso para cinco anos, objetivando dar ao professor o preparo suficiente para ministrar o ensino de primeiras letras.

O Presidente Herculano Inglês de Souza (18/05/1881 a 22/02/1882) foi um dos grandes entusiastas das reformas educacionais, principalmente em relação à educação para o trabalho. Destacou com ênfase a falta de um ensino profissional que fosse permitindo aos homens livres substituírem o braço escravo [9], deu exclusividade para o exercício do magistério aos diplomados das escolas normais e planejou uma escola agrícola [10].

A partir de então, nada de muito importante parece ter acontecido para o ensino profissionalizante até o ano de 1910, com a criação da Escola de Aprendizes Artífices, que ensinava em Sergipe alfaiataria, ferraria, marcenaria, sapataria e selaria e funcionava na esquina da Rua Lagarto com Maruim. Em 1937 as Escolas de Aprendizes passam a denominar-se LICEU. Em Sergipe, passa a chamar-se Liceu Industrial de Aracaju. Em 1942 passa a denominar-se Escola Industrial de Aracaju. Em 1959 - Através da Lei nº 3.552, de 16/02/59, a Escola transformou-se em Autarquia Federal, adquirindo autonomia didática, financeira, administrativa e técnica conquistando também a equivalência com o ensino médio. Três anos depois, em 1962, teve início o funcionamento do curso de Edificações, seguido dos cursos de Estradas, Eletromecânica, Eletrotécnica e o de Máquinas e Motores. Em 1965 a Instrução Normativa nº 239 de 03/09/65 define a denominação e qualificação das Escolas Técnicas Federais, passando a Escola a ser denominada Escola Técnica Federal de Sergipe. Em 1994 a Lei nº 8.948 de 8 de dezembro, que dispõe sobre a Instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transforma as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais da Educação Tecnológica. A partir de 1998 a Escola passa a oferecer separadamente os cursos Técnicos do Ensino Médio com base na LDB e no Decreto nº 2208/97. O Decreto 13 de novembro de 2002

transforma a Escola em Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe[11], denominação atual.

Thompson (1981), em sua crítica ao pensamento de Althusser [12], afirma que um historiador deve ter plena consciência de que um texto inerte não chega a ser inaudível, ou seja, ele tem vitalidade e significados próprios. É exatamente isso que se verifica no DIES – Departamento de Inspeção Escolar da Secretaria de Estado de Educação de Sergipe. Documentos aparentemente mortos e sem importância revelam dados e informações que expõem detalhes da história de cada escola em Sergipe que podem desvelar características do mercado e da população local em determinados períodos.

Na rede estadual de educação, houve um esforço no sentido de oferecer educação para o trabalho em nível de segundo grau, apesar de tal empreendimento ter se intensificado apenas nos últimos trinta anos.

Em 1976, nasce o Colégio Estadual Tobias Barreto, ou simplesmente “Tobias”, no lugar do Grupo Escolar 13 de Julho, que, extinto [13], teve seu acervo transferido para a escola Lourival Baptista. Em sua criação tencionava-se oferecer, além do secundário, os cursos de Administração, Contabilidade e Secretariado. Contudo, a Res. – 39/76 não contempla o curso de secretariado e destina o acervo da Escola Técnica de Comércio a ficar sob sua guarda [14].

Fato curioso aconteceu com a Escola Francisco Rosa. Em sua fundação, no ano de 1981, ela foi autorizada a lecionar os cursos de Mecânica, Eletricidade e Química, mas durante 10 anos nenhuma aula foi ministrada por falta de alunos. Em 1987, foi aberto um processo no. 454/87 solicitando a extinção das antigas habilitações e solicitando autorização para habilitação Contabilidade e Administração, justificando devido à detecção de elevado índice de demanda. Porém, essa justificativa pareceu puramente intuitiva, pois nenhum dado ou pesquisa foi apresentado. Contudo, em 1990, a Res-28/1990 autoriza o funcionamento dos cursos solicitados, iniciando em 1991.

Outras instituições da rede pública estadual foram habilitadas para o ensino profissionalizante. Em 1985, o colégio Costa e Silva ministrou os cursos de Contabilidade e Administração autorizados pela Resolução 0044/85. Contabilidade também foi ofertada nos colégios Augusto Franco, pela Res. - 36/89, no ano de 1989 e no Petrônio Portela pela Res. - 073/95 em 1995. Tivemos ainda o colégio Médici e o colégio Valadares ministrando Magistério e Administração, além do Leandro Maciel, habilitado a oferecer Contabilidade, Serviços bancários e Saúde básica.

4. CONCLUSÃO

Nem de longe se pretende neste trabalho esgotar o assunto. Pelo contrário ele é apenas o início, pois é necessário entender as ações e motivações das políticas públicas para o ensino profissional, pois tão importante quanto o ensinar a pensar é ensinar a realizar.

Verifica-se que desde o início de nossa capital já existia uma preocupação com a formação de mão-de-obra, mas existem hiatos bastante expressivos na história das instituições estaduais públicas quanto à oferta de cursos preparatórios ao mercado de trabalho.

Observa-se também que de tantos autores que estudam, ensinam e escrevem sobre a história da educação, em Sergipe e no Brasil, poucos são os que se referem à vertente profissionalizante, e os que tentam fazê-lo se manifestam de forma tímida ou quase muda.

Tenta-se, por fim, mostrar neste trabalho, que queiramos nós ou não, existe uma história da educação profissional em Aracaju, que tem muito a nos revelar sobre os costumes de nosso povo, demandas de nosso mercado em cada época, vivências e experiências de nossa gente em cada período.

* Trabalho apresentado no II Encontro de Pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe.

1. www.catho.com.br; www.manager.com.br
2. Pesquisa do IBGE. Disponível em <http://www.cinform.com.br/cinform.php?var=1143459147>, edição 1202, acesso em 30 abr. 2006.

-
3. BONTEMPI Junior, Bruno. *História da educação brasileira: o terreno do consenso*. São Paulo, PUC, 1995. (Dissertação – Mestrado em Educação).
 4. TOLEDO, Maria Rita de Almeida. *Fernando de Azevedo e a Cultura Brasileira ou as aventuras e desventuras do criador e da criatura*. São Paulo: PUC, 1995. (Dissertação – Mestrado em Educação).
 5. VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. “História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo e sua configuração atual”. In: VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *As lentes da História: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (p.73-127).
 6. NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *Historiografia educacional sergipana: Uma crítica aos estudos de História da Educação*. São Cristóvão, UFS, 2002.
 7. SANTOS, Fábio Alves dos. *Olhares de Clio sobre o universo educacional: um estudo das monografias sobre educação do Departamento de História da UFS (1996-2002)*. São Cristóvão: UFS, 2003.
 8. NUNES, Maria Thetis. *A História da Educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1984.
 9. Idem, P.143.
 10. Idem.
 11. CEFET. *Histórico*. Disponível em <<http://www.cefetse.edu.br/historico.htm>>. Acesso em 12 abr. 2006
 12. THOMPSON, E.P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
 13. Decreto 3793/77 de 20/09/1977.
 14. Idem.